NOTÍCIAS DO BRASIL C/D

Informativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB
Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - CEP: 30110-039 - Belo Horizonte (MG) - Ano XXIX - Nº 107 - Jun a Set/2017

Governo quer reformular regras da Cassi unilateralmente. Página 3

O que muda com a nova governança da Vale e como isto afeta a Previ. Página 7

Na página central (4 e 5) artigo de Eliane Brum mostra como nossos governantes legislam em causa própria sem se importar com o povo.

Projeto de Lei prevê adesão automática à previdência complementar fechada. Página 6

O editorial, na página 2, mostra como as reformas propostas pelo governo retiram, cada vez mais, direitos dos trabalhadores.

A UNAMIBB PRECISA DE TODOS

Estamos lançando uma campanha de filiação à UNAMIBB. Você, nosso associado, pode nos ajudar trazendo um amigo, um colega para se filiar Novamente estamos enfrentando o risco de esfacelamento do Banco do Brasil e até sua possível privatização e é nesse momento que precisamos fortalecer nossas instituições para a defesa do BB como Banco público, o banco de desenvolvimento e de fomento do pequeno e médio agricultor, do pequeno e médio empresário.

Temos visto que andam esculhambando Chico Buarque pelas redes sociais. Uma pena, mas é preciso lembrar das canções que esse notável artista criou e que embalaram as lutas contra a ditadura militar.

Vejam bem... A RODA VIVA anunciada pelo Chico 1967 volta agora, em 2017, com força total. Todos se lembram. RODA VIDA chocou parte do público com sua crítica e seu tom agressivo. Era uma metáfora para driblar a censura e fazia apologia à volta da liberdade em plena Ditadura Militar. Roda Viva, segundo a letra, significa a vida cotidiana. Roda Viva representa uma mudança drástica na história e na vida durante o regime militar.

Pois a RODA VIVA voltou. Nos ares da política circulam ameaças como a privatização da ELETROBRAS, da Casa da Moeda, fusão da Caixa com o BB ou até a privatização do Banco do Brasil. No BB, com a desculpa de "modernizar" o banco, o governo está sabotando deliberadamente o Banco do Brasil com a intenção de privatizá-lo, de forma fatiada, a médio prazo.

Na verdade, esse é um movimento que já começou, com a venda de ações do Banco do Brasil do Fundo Soberano, que fará cair a participação do governo para apenas 50,7% do total.

Enquanto isso, entrega-se, diminuindo a qualidade do atendimento ao consumidor, parcelas cada vez maiores do seu público e de seu mercado aos bancos privados.

Não se iludam, a RODA VIVA voltou!

"Tem dias que a gente se sente, Como quem partiu ou morreu, A gente estancou de repente, Ou foi o mundo então que cresceu, A gente quer ter voz ativa, No nosso destino mandar, Mas eis que chega a roda-viva, E carrega o destino pra lá, Roda mundo, roda-gigante, Roda moinho, roda pião..."

Somente a organização dos trabalhadores em seus sindicatos, dos aposentados em suas associações pode fazer construir a resistência. É nesse contexto que a UNAMIBB busca o apoio de seus associados para crescer e se fortalecer.

Cada associado UNAMIBB pode tentar trazer mais um sócio para a nossa entidade.

Recomende o site http://unamibb.com.br/formulario-do-associado/, ou passe a seu amigo essa ficha de filiação para que preencha e envie à UNAMIBB – Av do Contorno, 6437, sala 301 cep 30110-039 – Belo Horizonte MG

Associe-se à UNAMIBB **Mensalidade R$ 15,00**

Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - Belo Horizonte - MG - CEP: 30110-039

☐ Sim, desejo associar-me à UNAMIBB

Nome Completo: _____

Endereço: _____

Bairro _____ Telefone: _____

Cidade _____ CEP: _____ UF: _____

C/C Nº _____ Nº da Agência: ___/___/___/___/___ DG

Matrícula: _____ Assinatura: _____

EDITORIAL

De onde menos se espera, daí é que não sai nada (Barão De Itararé)

Apparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, também conhecido por Apporelly e ou por Barão de Itararé, foi um jornalista, escritor e pioneiro no humorismo político brasileiro. É considerado um dos criadores do jornalismo alternativo no país e o pai do humorismo brasileiro.

Faria imenso sucesso hoje em dia navegando pelas Redes Sociais.

Com os jornais A Manhã e Almanaque, ele ironizou as elites, criticou a exploração e enfrentou os governos autoritários. Preso várias vezes, ele nunca perdeu o seu humor. Itararé é o nome da batalha que não houve entre a oligarquia e as forças vitoriosas na revolução de 1930.

Frasista genial, ele cunhou incontáveis pérolas. Cansado de apanhar da polícia secreta do Estado Novo, colocou na porta do seu escritório uma placa com a hoje famosa frase "entre sem bater". Político sagaz, ele percebeu a guinada progressista de Getúlio Vargas e respondeu aos críticos udenistas: "Não é triste mudar de ideias; triste é não ter ideias para mudar".

Diante da crise que resultou no suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, ele afirmou: "Há qualquer coisa no ar, além dos aviões de carreira". Barão de Itararé foi um crítico dos jornais golpistas de Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda e um entusiasta da imprensa alternativa. Após o golpe de 1964, ele passou por várias privações, mas manteve a sua máxima: "Nunca desista de seu sonho. Se acabou numa padaria, procure em outra". Faleceu em 27 de novembro de 1971.

Mas aqui vamos voltar ao nosso mundinho de BB, CASSI e PREVI. Nada mais verdadeiro do que sua frase "de onde menos se espera, daí é que não sai nada". Pois vejam só. O Governo de plantão quer fazer a Reforma da Previdência sacrificando exatamente aqueles que a Constituição deveria proteger: os trabalhadores. De quebra, investe sobre os Fundos de Pensão das Estatais com projetos de Lei que privilegiam o mercado. Como se não bastasse, aponta sua metralhadora para os planos de saúde de auto gestão das Estatais com resoluções que retiram direitos, ferem contratos e pior: ameaça jogar milhares de usuários desses planos para as filas do já combalido Sistema Único de Saúde.

E não sai nada mesmo! No Congresso, a reforma trabalhista na Câmara dos Deputados, a despeito da resistência e da luta das centrais sindicais, o que assistimos requer uma reflexão profunda do movimento sindical e das associações de classe em relação à representação dos trabalhadores nos poderes constituídos.

O natural, considerando que a oposição de esquerda possui mais de 100 deputados, seria que a reforma trabalhista tivesse tido mais dificuldade de tramitação na Câmara do que no Senado. Contudo, tivemos um Senado aguerrido e uma Câmara apática. O texto, que chegou à Câmara com menos de dez mudanças na CLT e saiu com mais de cem, teve pouca resistência em comparação com outros projetos com o mesmo propósito. A falta de entusiasmo dos deputados em defesa dos trabalhadores surpreendeu a ponto de terem permitido, em troca da votação nominal de três destaques, que a matéria fosse aprovada em uma única sessão do plenário. Se tivessem segurado mais alguns meses, certamente haveria maior dificuldade para a aprovação no Senado, ou até mesmo a sua rejeição, seja em razão da fragilidade do governo Temer, seja pela proximidade do processo eleitoral.

A realidade é que nossa oposição, talvez mais preocupada com o fundo eleitoral, com anistia do caixa dois e em evitar a aprovação de uma reforma política que dificultasse o retorno da esquerda ao poder, deixou a matéria ser aprovada sem maiores resistências.

O fato é que os trabalhadores e suas lideranças devem, nas próximas eleições, priorizar candidaturas próprias, porque não dá para contar com deputados sem experiência de base, sem experiência na militância associativa ou sindical, mesmo que pertençam a partidos de esquerda. Para que possa resistir e tentar resgatar parte dos direitos flexibilizados, reduzidos ou suprimidos, é preciso contar com lideranças bem formadas e com capacidade de argumentação. Para tanto, é fundamental ampliar a conscientização da classe trabalhadora investindo em formadores de opinião como forma de multiplicar quadros e lutadores sociais

NOTÍCIAS DO BBRASIL

É uma publicação da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - **UNAMIBB** Registro nº 916 Livro B - Cartório Jero Oliva - Belo Horizonte - MG

Fundador: Cyro Verçosa

Endereço: Av. do Contorno, 6437 - Sala 301
Savassi - Belo Horizonte - MG
CEP: 30110-039
Fone: (31) 3194 5900
Fax: (31) 3194 5903
www.unamibb.com.br
unamibb@unamibb.com.br

Diretoria
Presidente
Isa Musa de Noronha

Vice-presidente
Altair de Castro Pereira

Diretor Secretário
José Sana

Diretor Administrativo
Antonio Carlos Dias

Diretor Financeiro
Raimundo Vítor Santos

Jornal Notícias do BBrasil

Jornalista Responsável:
Luzia Lobato - MG-04651JP
Edição, Editoração e Projeto Gráfico:
Luzia Lobato

Impressão:
Editora O Lutador (31) 3439-8000

Os conceitos emitidos nos artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal, e são de responsabilidade dos articulistas.

Governo ameaça planos de saúde de autogestão

Em 11 de julho último, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR promoveu reunião com representantes das operadoras de planos de saúde de autogestão das empresas estatais com objetivo de formular minutas para Resoluções que estabeleçam diretrizes e parâmetros para o custeio da empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde.

O Banco do Brasil e a CASSI estiveram presentes por prepostos, mas NENHUM dos eleitos da CASSI foi chamado para essa importante discussão.

Essas minutas muito lembram a famigerada Resolução CGPC 26 que determinou a divisão de superávits com empresas patrocinadoras, pois, a exemplo daquela que trouxe prejuízos à PREVI e a participantes e assistidos, essas constituem ameaças imediatas à saúde financeira da CASSI – Plano Associados, rompe compromissos estatutários e fere direitos adquiridos.

Do que se pode depreender pelas minutas, essas objetivam estabelecer diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde.

Sem prejuízo de outras avaliações que possam vir das demais entidades de autogestão, vamos nos deter nas condições peculiares da CASSI – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil. A maior entidade de autogestão ligada a estatais, pois que atende mais de um milhão de vidas.

Desde sua criação, em 1944, a premissa básica da CASSI sempre foi a solidariedade entre a família dos funcionários do BANCO DO BRASIL, sendo que cabia ao funcionário associado na CASSI uma contribuição de 1% e o BANCO contribuía outros 2% do salário do empregado, ou seja, as contribuições eram sempre duas do BANCO para uma do bancário. Por efeito de sucessivas reformas estatutárias, hoje a contribuição do associado é 3% de seu salário e a do Banco do Brasil 4,5%.

Na concepção original a CASSI se revestia de um benefício ao bancário, inclusive para sua família, integrado diretamente ao contrato de trabalho, de sorte que a CASSI - Plano Associados, ao lado da PREVI, integra o sistema de proteção social dos empregados do BANCO DO BRASIL. PREVI e CASSI têm o BB como patrocinador, têm os mesmos associados e a mesma fonte de contribuição.

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (CASSI) é uma empresa de autogestão em saúde fundada em 27 de janeiro de 1944 por um grupo de funcionários do BB. O objetivo era ressarcir as despesas de saúde dessa população. Com 73 anos de existência, a CASSI é hoje uma das maiores instituições sem fins lucrativos administradoras de planos de saúde do País. Atualmente, atende mais de 1.007.340 vidas em todo território nacional.

O que nos preocupa quanto ao contido nas minutas de Resolução é a possibilidade de rompimento desses compromissos históricos, contratuais, estatutariamente definidos que traduzem a responsabilidade do patrocinador Banco do Brasil, não só para com a CASSI, mas principalmente pelos seus associados. Observamos que relação contratual é entre BB e CASSI, mas tem terceiros interessados: todas as 1.007.340 de pessoas atendidas pela CASSI.

Chama atenção nessas Resoluções, artigos que ferem direitos, pois é certo que, constituído o vínculo contratual, não poderá haver, para o contrato já celebrado, atingimento por modificações normativas, legais ou regulamentares; nem negociais, unilaterais, por uma das partes.

Nesse sentido, apontamos como dano ao Plano Associados da CASSI o contido no Art. 4° da minuta "Estabelecer que a adesão de novos empregados em planos de saúde, modalidade autogestão, será permitida desde que o plano de saúde atenda as seguintes condições: I – mensalidade por beneficiário, de acordo com faixas etária e salarial". E mais: no § 4° do Art. 5° "A contribuição da empresa estatal federal para o custeio do benefício de assistência à saúde não poderá exceder à dos empregados".

Não cabe a afirmação de que tais medidas atingiriam somente os novos contratados, eis que a CASSI é regida pela solidariedade: cada um contribui na medida de sua capacidade e usa de acordo com sua necessidade, de modo que o ingresso de novos empregados, jovens, saudáveis, oxigena o plano, de modo que nas faixas etárias mais avançadas, quando o gasto é maior, compensa-se pelas contribuições dos que usam pouco o plano.

O que é previsível é que qualquer alteração nas relações entre BB, CASSI e associados ao Plano, ensejará propositura de medidas judiciais, em face da CASSI, como entidade de autogestão, administradora e executora do Plano de Associados, e em face do BANCO DO BRASIL, na condição de patrocinador da Entidade, do Plano e dos contratos individuais, ações essas que poderão ser movidas pelos 1.007.340 de assistidos pela CASSI.

Convém ressaltar que tais Resoluções podem encarecer os planos oferecidos pelas estatais o que fatalmente fará com que os trabalhadores deixem esses planos e assim passarão a onerar ainda mais o já combalido Sistema Único de Saúde (SUS). Cerca de 151 milhões de brasileiros dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS). Outros cerca de 49 milhões possuem planos privados. O mercado de planos médico-hospitalares completou em dezembro de 2016 exatos dois anos – ou oito trimestres consecutivos – de queda do número de beneficiários. Ao todo, 2,5 milhões de pessoas perderam o acesso aos planos, totalizando queda de 4,9% no período.

Somente esses dados mostram a temeridade da CGPAR interferir nos planos de autogestão. Trata-se de verdadeiro "tiro no pé" do Governo que, ao enfraquecer os planos de autogestão, promoverá migração dessa população assistida para o SUS.

Observem, por exemplo que logo em seu Art. 4° já decreta:

"Art. 4° – Estabelecer que a adesão de novos empregados em planos de saúde, modalidade autogestão, será permita desde que o plano atenda as seguintes condições:

I – mensalidade por beneficiário, de acordo com faixas etária e salarial;

(…)

Art. 5° – & 4° A contribuição da empresa estatal federal para o custeio do benefício de assistência à saúde não poderá exceder à dos empregados".

As Associações de Aposentados do BB, a ANABB e a AAFBB alertam aos associados CASSI sobre as ameaças ao nosso Plano Associados, condenam o alijamento dos representantes eleitos nessas discussões e solicitaram a interferência do Congresso para que promova audiência pública visando a mais ampla discussão sobre a saúde suplementar operadas pelas entidades de autogestão.

OPINIA

Democracia s

Dizem que as eleições de 2018 estão perto,

Se discute muito 2018. Se Lula (PT) será candidato ou estará preso, se o político de Facebook João Doria (PSDB) vai dar o bote decisivo no padrinho Geraldo Alckmin (PSDB), se Jair Bolsonaro (PSC por enquanto) vai conseguir aumentar seu número de votos com o discurso de extrema-direita, se Marina Silva (Rede), a que não é mais novidade, conseguirá se recuperar. Como o PMDB e o DEM se articularão para continuar no poder. Mas discutimos menos do que deveríamos o que vivemos em 2017, neste exato momento. Agora. Neste momento em que um país inteiro foi transformado em refém. Não como metáfora, não como força de expressão. Refém é o nome do que somos.

Até então só as ditaduras, aquelas com tanques e com fuzis nas ruas, haviam conseguido isso. O que acontece no Brasil é mais insidioso. O Brasil inventou a democracia sem povo. Não aquela das retóricas ou dos textos acadêmicos, mas aquela que é. O povo, para aqueles que hoje detêm o poder no Brasil, não tem a menor importância. O povo é um nada.

Com 5% de aprovação, segundo o Ibope, a menor de um presidente desde a redemocratização do país, Michel Temer (PMDB) pode fazer – faz e fará – todas as maldades e concessões que precisar para continuar onde está. Sente-se livre para não precisar dar qualquer satisfação à população. Todo o seu cálculo é evitar ser arrancado do Planalto e em algum momento despachado para a cadeia pela aceitação pelo Congresso da próxima denúncia que virá, já que da primeira ele escapou. Havia uma conversa de conteúdo mais do que suspeito, fora da agenda, à noite, na residência do presidente, e uma mala de dinheiro nas mãos de um homem de confiança de Temer – e não foi suficiente. Por que não foi suficiente? Era mais do que suficiente. Mas a justiça não está em questão. E dizer isso é o óbvio ululante de Nelson Rodrigues, chega a ser constrangedor escrever algo tão óbvio.

A presidência do Brasil hoje está nas mãos de um homem que não tem nada a perder desagradando seus eleitores, porque sequer tem eleitores. E sabe que dificilmente recuperará qualquer capital eleitoral. Sua salvação está em outro lugar. Sua salvação está nas mãos daqueles que agrada distribuindo os recursos públicos que faltam para o que é essencial e tomando decisões que ferem profundamente o Brasil e afetarão a vida dos brasileiros por décadas.

Temer goza da liberdade desesperada – e perigosa – dos que já têm pouco a perder. O que ele tem a perder depende, neste momento, do Congresso e não da população. Assim como depende de as forças econômicas promotoras do impeachment continuarem achando que ele ainda pode fazer o serviço sujo de implantar rapidamente um projeto não eleito, um projeto que provavelmente nunca seria eleito, tarefa que ele tem desempenhado com aplicação. Então, o povo que se lixe. O povo saiu da equação.

A reputação dos políticos e do Congresso chegou a um nível tão baixo, que também resta pouco ou quase nada a perder.

O Congresso – ou pelo menos significativa parte dele – não teme mais perder eleitores. Nem mesmo considera importante simular qualquer probidade para seus eleitores. Esse nível já foi ultrapassado. A reputação dos políticos e do Congresso chegou a um nível tão baixo, que também resta pouco, quase nada, a perder. Esta poderia ser uma preocupação, a de como recuperar a imagem, nem que seja pensando nas próximas eleições. Mas o rumo tomado foi outro. A oportunidade de saquear a nação a favor dos grupos que os sustentam e de sua própria locupletação foi tão atrativa diante de um presidente que sangra por todos os poros que para que se preocupar com o povo? Que se lixe o povo. A hora é agora.

O Congresso busca agradar àqueles a quem realmente serve – e, claro, a si mesmo. Para não deixar pontas soltas onde interessa, os deputados cuidam também de aprovar o que chamam de “reforma política”, mas uma que torne mais difícil renovar a Câmara com quem não pertença à turma. É o caso do tal “Distritão”, considerado pela maioria dos analistas a pior alternativa possível. Entre seus defeitos, está o de tornar ainda pior o que já é bem ruim: a representatividade do parlamento. Mas os deputados sabem bem por que fazem o que fazem – e o que buscam ao fazê-lo.

A Bancada Ruralista é o exemplo mais bem acabado deste momento do Congresso. Grande fiadora da permanência de Temer na presidência, com 200 deputados e 24 senadores, a também chamada “bancada do boi” coleciona vitórias numa velocidade atordoante. Quando se fala em ruralistas é preciso compreender que não está se falando dos agricultores que botam comida na mesa da população nem do agronegócio moderno, capaz de entender que a preservação do meio ambiente é um ativo fundamental para o setor.

Quem está dando as cartas no Congresso (e no Governo) é o que há de mais arcaico no setor agropecuário, um tipo que evoluiu muito pouco desde a República Velha. Essa espécie não se pauta por melhorar a produção pelo avanço tecnológico e pela recuperação das terras e pastos degradados, mas pelo que lhe parece mais fácil: avançando sobre as terras públicas, incluindo terras indígenas e unidades de preservação ambiental. O coronelismo parece já ter se infiltrado no DNA, seja herdado ou imitado.

Para avançar sobre as terras públicas de usufruto dos povos indígenas, as mais preservadas do país, os ruralistas têm cometido todo o tipo de atrocidades. Desde a posse de Temer, a bancada do boi conseguiu suspender demarcações cujos processos já estavam concluídos e se esforça para aprovar algo totalmente inconstitucional: o “marco temporal”. Por esse instrumento, só teriam direito às suas terras os povos indígenas que estavam sobre elas em 1988, quando a Constituição foi promulgada. Para ficar mais fácil de entender, é mais ou menos o seguinte: você foi expulso da sua casa por pistoleiros ou por projetos do Estado. Era, portanto, fugir ou morrer. Mas você perde o direito de voltar para a sua casa porque não estava lá naquela data. Não é só estapafúrdio. É perverso. O marco temporal deverá voltar ao STF em algum momento, mas, para agradar aos amigos ruralistas, Temer já assinou um parecer tornando o marco temporal vinculante em toda a administração federal.

Na lista de mercadorias da fatura ruralista para a manutenção de Temer no poder já foram entregues ou podem ser em muito breve barbaridades de

PINIÃO

cia sem povo

erto, mas estão muito longe: o crime é agora

Eliane Brum*

todo o tipo: o desmonte da Funai, hoje à míngua e nas mãos de um general; a regularização de terras griladas (roubadas do patrimônio público), legalizando a rapinagem, aumentando o desmatamento e os conflitos, especialmente na Amazônia; o parcelamento de dívidas de proprietários rurais com a previdência em até 176 vezes, com o mimo adicional da redução da alíquota de contribuição; a redução em curso da proteção de centenas de milhares de hectares de unidades de conservação; mudanças nas regras do licenciamento ambiental que, se aprovadas, na prática não só abrirão a porteira para os empreendimentos dos coronéis da bancada e seus financiadores, mas tornarão o licenciamento ambiental quase inexistente (vale lembrar que a lama da Samarco aconteceu com as regras atuais e o que querem é torná-las muito mais frouxas).

Não para por aí. Os ruralistas querem bem mais: querem até o fim deste ano conseguir a permissão da venda de terras para estrangeiros e também mudar as regras sobre os agrotóxicos, o que no Brasil já é uma farra com graves consequências para a saúde de trabalhadores e de toda a população, mas os coronéis acham que tá pouco. E o objetivo de sempre, sua bandeira mais querida: botar a mão nas terras públicas de usufruto dos índios com a abominação chamada PEC 215.

A eleição de 2018, esta que ainda é uma incógnita, está perto? Me parece que está muito longe. Enquanto ela não chega, os ruralistas estão transformando o país numa ação entre amigos. Estão fazendo, sem que ninguém os freie, algo muito, mas muito grave, que afetará gerações de brasileiros que ainda nem nasceram: estão mudando o mapa do Brasil. Quando 2018 chegar, já era. Porque já é.

Enquanto 2018 não chega, os ruralistas estão mudando o mapa do Brasil para seu próprio benefício

Há muita vida até 2018. E muita gente morrendo pela democracia sem povo que aí está. A fome e a miséria aumentando, as chacinas no campo e na floresta aumentando, os moradores de rua multiplicando-se nas calçadas (e sendo atacados, quando não mortos), os faróis repletos de pessoas tentando desesperadamente sobreviver vendendo alguma coisa, e os direitos duramente conquistados por décadas sendo destruídos um a um. Qualquer um que viva a vida de quem trabalha para se sustentar sente no dia a dia que perde. E perde rapidamente. Perde objetivamente, perde subjetivamente. Os abusos de poder estão por toda parte. E a Polícia Militar assumiu sem disfarces a ideologia de defender os grupos no poder contra o povo violentado por estes grupos.

Parece que se vive como se "ok, por agora está tudo perdido mesmo, vamos tentar melhorar o xadrez para 2018". Um xadrez que, pelo menos para a esquerda, não está fácil. E não está fácil nem mesmo para qualquer coisa que se possa chamar de uma direita de fato. Mas a vida acontece agora. E muito está acontecendo agora. Tudo o que se viverá até a eleição e a posse dos eleitos afeta e afetará de forma profunda e permanente a vida dos brasileiros.

Este momento não é um soluço no tempo. O ano de 2017 não pode ser um entretempos, porque não está sendo para quem tem o poder para saquear o Brasil e os direitos dos brasileiros. Para estes está sendo o melhor tempo. Poder usurpar de tal forma o poder e ainda chamar de democracia?

Quando já não é preciso sequer manter as aparências se alcançou um outro nível de perversão

É um outro nível este a que o Brasil chegou depois do impeachment de Dilma Rousseff, este momento em que não é preciso mais sequer manter as aparências. Para o impeachment, havia multidões nas ruas. Pode se discordar da interpretação que estas pessoas faziam do momento do país, pode se suspeitar das reais intenções dos grupos que lideravam os protestos "anticorrupção" – hoje desmoralizados pelo silêncio diante das evidências muito mais eloquentes contra Michel Temer –, mas não se pode negar que havia milhões nas ruas. Havia aparência. Havia a aparência de que a voz de parte significativa da população estava sendo ouvida mesmo que as razões para o impeachment fossem claramente insuficientes para justificá-lo.

Hoje, a população sequer está nas ruas. E torna-se muito mais assustador quando aqueles que detêm o poder chegam à conclusão de que não precisam mais sequer convencer a população ou cortejar seus eleitores. Quando descobrem que não precisam sequer se dar ao trabalho. De que podem prescindir de fazer de conta. A tarefa que precisavam que a população desempenhasse era a de ir para as ruas pedir o impeachment de Dilma Rousseff. Milhões foram, vestidos de amarelo, sob a sombra do pato da Fiesp. E agora se tornaram dispensáveis. E a parcela da esquerda que ainda podia fazer um barulho nas ruas pelo impeachment de Temer parece ter também calculado que é melhor (para seu projeto eleitoral) deixar as coisas se esgarçarem ainda mais até 2018. Se houve algum barulho quando o Congresso decidiu rejeitar a denúncia contra Temer, ele foi sepultado por um silêncio de tumba.

Ter o país sob o comando de pessoas que distorcem e afirmam o contrário do que apontam os fatos é assustador. Mas alcançamos um outro tipo de perversão, aquela que dispensa até mesmo as aparências. Pessoas que sequer se preocupam em aparentarem fazer a coisa certa. Os encontros à noite, fora da agenda, entre Michel Temer agora até mesmo com a procuradora-geral que nem assumiu ainda, as confabulações de Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal, com pessoas que poderá julgar, Aécio Neves autoconvertido no novo Eduardo Cunha. Enfim, nada mais eloquente do que uma mala de dinheiro ligada a um presidente que não é impedido de presidir.

Se Temer ainda no Planalto é a materialização do cinismo vigente no país, o candidato a substituí-lo em caso de afastamento, Rodrigo Maia (DEM), presidente da Câmara e também investigado da Lava Jato, é a troca para nada mudar, já devidamente acertada com os reais donos do poder. Mas ainda assim era preciso que isso acontecesse, para que algum limite existisse. Como não aconteceu, descemos a esse estranho mundo sem referências em que cada um está dando um jeito de se mimetizar e sobreviver.

Se no segundo mandato de Dilma a palavra mais obscena era "governabilidade", no governo Temer é "estabilidade"

Continua na página 6

Continuação da Página 5

A crise da palavra, esta que está no coração deste momento histórico, segue produzindo fantasmagorias. Como a "pacificação do país" de Michel Temer, em que a paz é só para ele e os que o mantêm no poder. Ou o argumento mais furado que uma peneira de que é melhor não tirar Temer agora por conta da "estabilidade". Estabilidade para quem? Quem são os que estão se sentindo estáveis? Você está?

No segundo mandato interrompido de Dilma Rousseff, a palavra mais obscena era "governabilidade". Em nome da "governabilidade", traições profundas foram cometidas. Hoje, a obscenidade que enche a boca de tantos e consome muita tinta nos jornais é "estabilidade". Há também os tais "sinais da economia". Se há algo que atravessa a história do país, com especial ênfase a partir da ditadura civil-militar, é a mística dos economistas, com seus jargões, fazendo que pareça evidência científica o que seguidamente está mais próximo da astrologia.

Certa casta de economistas um dia terá uma categorização própria na história. Olhando com a necessária distância, é bem curioso o poder que exerce, ao ocupar largos espaços na mídia para legitimar o ilegitimável. Delfim Netto é talvez o personagem mais fascinante. Signatário do AI-5 e ministro de vários governos da ditadura civil-militar, inclusive liderando a pasta da Fazenda nos tempos de Médici, os mais brutais do regime, conseguiu a façanha de hoje opinar na imprensa de todos os espectros ideológicos, da direita à esquerda. Tornou-se um guru, sem que isso produza um mínimo de estranhamento ou perguntas incômodas sobre o fato de ter compactuado com uma ditadura que sequestrou, torturou e matou milhares de brasileiros. Está aí, bem tranquilo, ditando o que está certo e errado no país. Dando receitas para o momento como se estivesse num programa de culinária.

Parece que os brasileiros vivem uma espécie de aceitação do destino, do pior destino

Os gritos nas redes sociais (quase) não produzem movimento. Servem mais para ilusão de que se protesta e de que se age. Uma espécie de descarga de energia que se exaure na própria bolha e nada causa. Servem, sim, para camuflar a paralisia. Nem mesmo a vergonha que se produzia com a imprensa estrangeira chamando o Brasil de "república de bananas" provoca hoje qualquer efeito concreto. Temer causa vexame em cima de vexame no exterior e já não importa. Já não há vergonha. Há uma espécie de aceitação de destino, do pior destino. E há uma desistência. E talvez algo ainda pior, que é a corrosão de qualquer sentimento de pertencer a uma comunidade. O imperativo parece ser o de cuidar da própria vida enquanto der. Mesmo sentindo que há muito já não está dando.

Fica a dica: 2018 está longe, embora muitos digam que é logo ali. Sem contar que não há nenhuma garantia de que vai melhorar depois da eleição. Mas agora, neste momento, pessoas estão morrendo mais do que antes, passando fome mais do que antes, sendo expulsas de suas casas mais do que antes, perdendo seus direitos mais do que antes. Nas periferias urbanas e rurais, aqueles que matam estão matando mais, seguidamente com a farda do Estado. A floresta amazônica está sendo mais uma vez entregue ao que há de mais arcaico na história do Brasil e está sendo destruída de forma acelerada, comprometendo qualquer futuro possível. E você, isso que se convencionou chamar de "povo", não importa para mais nada.

*ELIANE BRUM é escritora, repórter e documentarista. Autora dos livros de não ficção Coluna Prestes - o Avesso da Lenda, A Vida Que Ninguém vê, O Olho da Rua, A Menina Quebrada, Meus Desacontecimentos, e do romance Uma Duas.

Previdência Complementar

Projeto de Lei prevê adesão automática à previdência complementar fechada

Para o Rogério Rosso (PSD-DF), o projeto tem como objetivo principal propiciar maior acesso da população à previdência complementar fechada

A adesão a plano de previdência complementar oferecido por patrocinador (criado por empresa) ou instituidor (criado por entidade de classe) poderá ser automática. É o que determina o Projeto de Lei Complementar (PLP) 286/16, em tramitação na Câmara dos Deputados.

O texto foi apresentado pelos deputados Goulart (PSD-SP) e Rogério Rosso (PSD-DF), e modifica a Lei Complementar 109/01, que trata de normas gerais sobre a previdência complementar.

Direito

Atualmente, um empregado de uma empresa que patrocina um fundo de pensão – ou membro de associação que possui um plano de previdência complementar próprio – não é obrigado a aderir ao plano. O direito de optar é garantido pela Constituição.

O projeto não acaba com esse direito, mas torna automática a adesão assim que o empregado é contratado, ou a pessoa entra em uma entidade de classe. Posteriormente, ele pode pedir para sair.

No Brasil, o único caso atual de adesão automática é o do Funpresp (fundo de pensão dos servidores públicos federais). Os deputados querem estendê-lo para toda a previdência complementar fechada.

"A adesão automática estimula escolhas benéficas, ao propiciar maior facilidade e menores entraves operacionais para adesão do trabalhador ao plano de previdência complementar, sem violar, contudo, o princípio da facultatividade", afirmam os autores do projeto.

Eles alegam ainda que a adesão automática vem sendo adotada com sucesso em países como Estados Unidos, Nova Zelândia e Chile.

Planos instituídos

O projeto faculta ainda às empresas criarem "planos de benefícios instituídos corporativos" para seus empregados. A diferença deste plano é que as empresas poderão efetuar contribuições esporadicamente, sem obrigação de aportes periódicos.

Hoje, as empresas que patrocinam fundos de pensão são obrigadas a contribuir mensalmente, do mesmo modo que os seus empregados. A contribuição é limitada até o valor cobrado dos funcionários (um para um).

Para os deputados Goulart e Rogério Rosso, o novo modelo é voltado para as empresas que pretendem patrocinar um fundo de pensão, mas não têm capacidade financeira para realizar contribuições periódicas.

Tramitação

O projeto será analisado nas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. (Informações da Agência Câmara – Notícias).

Obs.: Na PREVI a adesão automática vigorou até 1997. Aderir a CASSI e PREVI era parte do contrato de trabalho que o novo funcionário firmava com o Banco do Brasil.

PREVI E A VALE

Para o Presidente da Vale, Fábio Schvartsman , a peração de conversão de ações é 1º passo para melhor governança.

Schvartsman disse que a operação teve a adesão de 100% de quem poderia aderir. “Quem não aderiu no exterior foram fundos passivos que fizeram conversão parcial e, no Brasil, tivemos pessoas físicas que não são alcançáveis [pela campanha informativa da companhia sobre a conversão]”, comentou.

Na prática, houve uma adesão à conversão de 84,4% dos preferencialistas e uma sobra de 15,6% de ações preferenciais (PN). Na sexta-feira passada, a empresa informou que 84,4% das ações em circulação no mercado aceitaram a conversão proposta para ações ordinárias (ON). “Todas as pessoas que podiam tomar decisão tomaram decisão favorável à conversão”, afirmou o executivo.

O presidente da Vale também agradeceu o apoio do mercado à operação. Segundo ele, foi criado um “fato novo” com a adesão “maiúscula” de acionistas no processo de conversão de papéis preferenciais da mineradora para ordinárias, dentro do processo que deve terminar com a ida da companhia para o Novo Mercado da B3, como uma corporação sem bloco de controle.

O executivo disse ainda que a companhia poderá acelerar a conversão da sobra de PNs e que haverá a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para eleger conselheiros independentes, o que deve ocorrer por volta do dia 15 de outubro.

Acrescentou ainda que os benefícios da nova governança da companhia vão acontecer já depois da incorporação da Valepar, holding que controla a mineradora. “Não precisamos da conversão das ações remanescentes para implementar a melhoria da governança”, disse.

Valepar

Após a conversão de ações preferenciais em ordinárias, a Valepar ficou com 44% das ações ordinárias da companhia.

Em 31 de março de 2017, a Valepar S.A. detinha 53,9% das ações ordinárias em circulação e 33,7% do capital total da Vale, segundo informações do documento 20-F da companhia.

A expectativa era que Valepar, formada por Bradesco, fundos de pensão liderados por Previ, BNDESPar e Mitsui, ficasse com um percentual até inferior, de cerca de 40% de ações ordinárias, após a conversão.

Mas BNDESPar e Valepar tinham ações preferenciais fora do bloco de controle da mineradora, o que, após a conversão, assegurou um percentual de 44% das ações ordinárias.

O que diz a Previ

Para o Presidente da PREVI, Gueitiro, o novo acordo proporciona outras oportunidades, não apenas para a mineradora: “Quando uma empresa como a Vale se adequa às regras do Novo Mercado, traz mais transparência não só para a companhia, mas para o sistema como um todo. É uma nova instância de governança, com melhores práticas, para uma empresa muito relevante no mercado de capitais brasileiro. O novo acordo de acionistas pode contribuir também para a atração de novos investidores, o que garante a expansão das atividades da Vale”, conclui. Confira os principais méritos da transação:

Estabilidade e Segurança para a Companhia – A definição da estrutura societária e de governança da Vale após o vencimento do acordo de acionistas atual da Valepar confere maior segurança a todas as partes e uma transição gradual para cenário de true corporation

Melhores práticas de Governança Corporativa – O novo acordo promove o alinhamento de interesses entre grupos de acionistas e entre acionistas e administradores, além de fortalecer a administração, já que o Conselho de Administração será o órgão mais importante de deliberação

Aumento de liquidez – Os acionistas da Vale terão os mesmos direitos e benefícios com ações de uma única classe, o que promove mais liquidez

Maior acesso a mercados de capitais – A adequação às melhores práticas de governança e unificação das classes de ações permitem que a Vale cumpra os pré-requisitos para acessar novos segmentos do mercado de capitais

Diversificação da Base Acionária – Dissolução do atual bloco de controle da Vale, trazendo maior independência à administração da companhia

A participação da PREVI na Vale

A Vale é o maior ativo da carteira de investimentos do Plano 1. Na década passada, foi responsável em grande parte pela geração de superávits que ajudaram a constituir reservas especiais que propiciaram aos participantes do Plano 1, por exemplo, a suspensão da cobrança das contribuições de 2007 a 2013 e ainda o recebimento do Benefício Especial Temporário (BET).

A participação da PREVI na companhia é via Litel, holding na qual a entidade possui participação direta, junto com os fundos Funcef, Petros e Funcesp. A PREVI detém 80,62% do capital total da Litel, e 15,67% do capital total da Vale, com 15,50% no Plano 1 e 0,17% no Previ Futuro.

Próximos passos

No período de três anos de duração do novo acordo de acionistas, os sócios manterão influência relevante sobre a Vale, com o objetivo de conferir estabilidade para a companhia no período de transição para um novo modelo de governança de controle difuso, o que contribui para o crescimento da mineradora.

Opinião de nossos especialistas

Arnaldo José Vollet*

A minha opinião a respeito do caso VALE é positiva, se levarmos em conta que o novo modelo minimiza e/ou elimina alguns aspectos que prejudicavam a Empresa e a PREVI, tais como:

a) INGERÊNCIA DO GOVERNO: a VALEPAR, controladora da VALE e formada pela LITEL (PREVI, FUNCEF e PETROS), BNDES, BRADESPAR e MITSUI, sofria forte influência do Governo, como foi até mostrado pela mídia um Senador da República querendo nomear o presidente da Empresa. Cabe lembrar que além de LITEL + BNDES constituir maioria na VALEPAR, os outros sócios (BRADESPAR e MITSUI) não tinham conforto em contrariar interesses do governo.

b) LIQUIDEZ: acordo de acionista que estava vigente engessava a PREVI. Se considerarmos a expressiva participação da PREVI na VALE e a significativa representação que essa participação tem sobre o Patrimônio do Plano 1, a falta de liquidez do ativo é sem dúvida uma questão muito delicada.

c) PRECIFICAÇÃO: nem a LITEL, nem a VALEPAR têm ações em Bolsa de Valores, o que leva a PREVI a precificar o ativo pelo Valor Econômico, que, embora seja um método válido, dá margem para que haja manipulação do valor contábil da Empresa. Pelo novo modelo cria-se condições para que a Empresa seja contabilizada a valor de Mercado.

Se além da eliminação (ou diminuição) dessas questões considerarmos também o ingresso no Novo Mercado, fator que agrega valor à Empresa, dadas as regras que regem esse segmento (principalmente no tocante à transparência das informações), com reflexos positivos no valor das ações, teremos então um conjunto de pontos que me levam a considerar o novo modelo como positivo aos nossos interesses (PREVI).

A questão entretanto, caro amigo, é saber se essa transição do antigo acor-

Continua na página 8

Continuação da página 7

do de acionista para o novo modelo foi feito ao preço justo, e isso, na minha opinião, é difícil de se ter uma posição totalmente isenta de subjetividade.

Tenho certeza de que a PREVI não perdeu dinheiro com a VALE, desde que foi comprada (na privatização) até os dias atuais. Considerando: i) a valorização da Empresa; ii) os dividendos pagos e; iii) os investimentos realizados, os resultados são altamente positivos e satisfatórios, mas saber se o desagio de um pouco mais de 6% na ação PN na conversão para a ON e os 10% que os controladores da VALEPAR tiveram na troca por ações da VALE foram adequados a um chamado "prêmio de controle", é difícil de lhe dizer.

Claro que a PREVI e os demais controladores devem ter estudos que os balisaram chegar a esses parâmetros, mas mesmo que os divulguem, haverá com certeza questionamentos e críticas, pois são estudos que, embora se fundamentem em critérios técnicos, carregam em seus cenários e premissas uma boa dose de aspectos subjetivos.

A adesão de mais de 84% dos acionistas Preferencialistas à conversão mostra a boa aceitação do Mercado ao modelo adotado, porém podemos interpretar de formas distintas essa boa aceitação: 1) foi pelas razões que coloquei inicialmente e que tornaram a empresa mais forte e mais valorizada no futuro? ; 2) foi porque entenderam que o preço do prêmio de controle foi pequeno e por isso valia a pena? ou; 3) foi por todas essa razões juntas ? Difícil dizer.

O ciclo do minério é longo (de 5 a 10 anos), o patamar de U$ 180 a tonelada, na minha opinião, são tempos que não voltam mais. Deverá nesses próximos anos ficar em torno do seu ponto de equilíbrio (aproximadamente U$ 60). A PREVI não tem necessidade de liquidez nos próximos 03 ou 04 anos, prazo necessário para que o novo acordo torne a totalidade das suas ações livres para negociação.

Particularmente espero que ela (PREVI) vá gradativamente diminuindo sua participação na VALE, para o bem do nosso Plano de Benefícios.

**Arnaldo Vollet é aposentado do BB. Foi Diretor-Executivo da BB-DTVM, Gerente Executivo da GEROF, Gerente de Divisão do DEATE, Chefe dos CESECs Ramos e Andaraí (RJ) e trabalhou no DEMAG. Foi Diretor Financeiro da COELBA (BA), Conselheiro Fiscal na CELPE (PE) e na Telesp Celular (SP), Membro do Conselho de Administração da Guaraniana (atual NEOENERGIA) e CEMIG (MG). Foi Membro Titular do Conselho Fiscal na VALE, Membro Titular do Comitê de Auditoria da CEF e Consultor de Investimentos da COOPERFORTE. Graduado em Matemática pela USP, MBA em Finanças pelo IBMEC (RJ) e em Altos Executivos pela FGV (RJ).*

Ainda há muito o que temer...

Wagner Gomes

Uma analogia que li, recentemente, comparou os nossos congressistas aos cangaceiros. Enquanto o comandante do cangaço era chamado de "capitão", hoje os líderes políticos foram elevados à patente de "coronéis". Para promover o saqueio da população, os cangaceiros de antanho se movimentavam no lombo de seus cavalos, enquanto os hodiernos valem-se de seus mandatos parlamentares, sob cujo manto nos impõem a sensação de que seus atos criminosos suplantam o poder da sociedade, que explode em protestos. O STF, com sua letargia, acentua o quadro doentio dessa agonia, tão característica daquelas organizações que não têm a mesma mobilidade dos canalhas. O recente episódio da delação dos Irmãos Metralha, ops, digo, Batista, mostra-nos a dimensão do falso cabresto ideológico que tem alimentado esta decrepitude moral: o inventário da propina conduzida pela JBS beneficiou 1.829 candidatos de 28 partidos e elegeu 179 deputados federais de 19 siglas. É triste constatar que, nesse viciado universo político, o exército de demônios assume características dantescas, enquanto os anjos, encurralados, tentam se mover buscando, apenas, atravessar o inferno correndo. A oposição, já completamente desconstruída e destruída por suas próprias ações, não tem moral, nem cacife, para mobilizar a população contra o governo Temer que, igualmente, desabou no cipoal de corrupção que o move e circunda

Como os ratos sempre sabem a hora de abandonar o navio, a debandada começou! Os apoios oportunistas, marca registrada de nossa poligamia política, começam a ruir, em nome de uma falsa moralidade que nem mesmo seus próprios atores acreditam possuir. O presidente Temer, definitivamente acuado, assumiu um comportamento enviesadamente passivo, no episódio em que foi grampeado, revelando acentuados propósitos coniventes e distanciados dos padrões republicanos. Apesar de toda a credibilidade da equipe econômica, amparada pelo peso do nome e das ações de Henrique Meirelles, o governo federal perdeu, de vez, a sua capacidade impositiva – aquilo que os ingleses chamam de enforcement – para conduzir as reformas trabalhista, previdenciária, política e fiscal, tão necessárias à recuperação da imagem vilipendiada de nosso país, que corta o mundo. As máscaras estão caindo em um ritmo alucinante (que o digam Antônio Palocci, Sérgio Cabral e Eduardo Cunha), enquanto outros nomes surgem encorpando aquela velha galeria de surrados retratos emoldurados pelo mensalão e pelo petrolão. Lula, Dilma Rousseff, Rodrigo Maia, Guido Mantega, Aécio Neves, José Serra juntam-se a Renan Calheiros, Jáder Barbalho, José Sarney, Eunício de Oliveira, Édson Lobão, Geddel Vieira, Eliseu Padilha, Moreira Franco juntam-se a acentuado número de governadores em exercício, para seguirem, ainda, comandando as marionetes humanas que os orbitam. Flagrados na escaramuça de movimentos realizados na surdina, eles sofrem severas acusações que, se comprovadas, revelam traços de personalidades doentias que se movem em minuetos cuja harmonia é representada pela ópera bufa de suas vidas.

A exemplo do que ocorreu tempos atrás em Mariana, o dique se rompeu e um verdadeiro tsunami está alimentando o mar de lama que contaminou o ambiente da política brasileira. Até parece que estamos retornando no tempo. Quem se lembra que, a partir de 24/08/1954, com o suicídio de Getúlio Vargas, tivemos três presidentes em menos de 18 meses, até a posse definitiva de JK, em 31/1/1956? Até agora já tivemos dois presidentes a partir daquele fatídico dia 12/5/2016, quando Dilma foi afastada. Logo teremos três e o quarto será eleito por um Congresso sem legitimidade, que se destaca pelo único fato de ser o menos comprometido com os destinos de nossa pátria em toda a sua história. Agravando esse quadro, a irresponsabilidade dos movimentos sociais (comandados pelo PT). Teremos que conviver com esse quadro até 2018, quando o quinto presidente será escolhido, felizmente, por eleições diretas. Enquanto isso, o casal de marqueteiros delator jura, sobre a Bíblia, que todas as suas mentiras estiveram concentradas, apenas, nos filmetes promocionais que produziram para alavancar a última campanha presidencial, quando um casal de farsantes foi eleito. Até que surjam outros personagens com novos comportamentos, o nome do Brasil seguirá, contido e reprimido, no lamento choroso e triste de quantos ainda amam, verdadeiramente, este nosso país.